

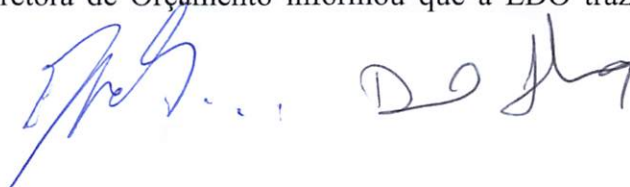
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (PLE 125/2023) 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 19ª LEGISLATURA

15 de junho de 2023

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e três, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se, no Auditório Bahia Center, situado no Edifício Anexo Vereador Emmerson José, da Câmara Municipal de Salvador, a Audiência Pública para apresentação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício de 2024 do Município de Salvador (PLE n.º 125/2022 – “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença os vereadores **Daniel Alves** – Presidente da Comissão, **Duda Sanches**, **Marta Rodrigues** (membros) e **Cláudio Tinoco**, a Diretora Geral de Orçamento, **Ana Nery Reis**, o Chefe da Casa Civil, **Luiz Carreira**, o Subchefe de gabinete da Casa Civil, **Moisés Andrade**, além de outras autoridades e membros da sociedade civil. Dando início aos trabalhos, o Presidente Daniel Alves declarou aberta a audiência. Feitas as devidas apresentações das autoridades e lideranças comunitárias presentes, passou-se a palavra ao Chefe da Casa Civil, Luiz Carreira, o qual inicialmente falou da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do seu papel na construção do orçamento e dos parâmetros utilizados na sua elaboração. Fez, ainda, algumas considerações sobre temas ligados ao objeto da apresentação. Em seguida, a Diretora de Orçamento da Casa Civil, Ana Nery Reis, em continuidade à apresentação, frisou as atribuições da LDO na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000. Detalhou as etapas de elaboração desse projeto, notadamente os cenários micro e macroeconômico em que foi concebido, a estimativa da receita, a projeção da despesa, o estabelecimento das metas fiscais e a definição dos programas e ações prioritárias. Adentrando na estimativa da receita, falou a respeito das operações de crédito internas e externas contratadas pelo município e dos programas que elas financiam. Continuou a exposição falando dos resultados primário e nominal e das margens de endividamento e

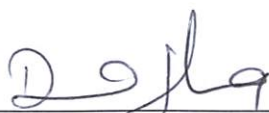
capacidade de pagamento do município, bem como da estimativa e compensação da renúncia de receita. Por fim, apresentou o anexo de prioridades e metas de forma detalhada, informando os eixos norteadores e a previsão dos programas e ações a serem implementados, bem como sua regionalização. Luiz Carreira acrescentou que a Prefeitura está investindo na implantação de um centro de operações integradas no subúrbio da cidade, bem como em mais inovação e tecnologia para o serviço público. Terminadas as falas iniciais, o vereador Daniel Alves passou a palavra à edil Marta Rodrigues, a qual, após agradecer à Diretora pela apresentação e ao Chefe da Casa Civil pelos esclarecimentos, destacou que alguns projetos de autoria do Poder Executivo estão sendo enviados à Câmara Municipal sem o demonstrativo de impacto financeiro, o que, segundo ela, prejudica a análise das proposições pelos parlamentares. Salientou o aumento da previsão orçamentária no montante de 8% em relação ao ano anterior. Falou das renúncias de receitas municipais, principalmente a respeito daquelas destinadas ao transporte público, e questionou como isso estaria chegando aos usuários desse serviço. Falou da baixa execução orçamentária, destacando, nesse ponto, os relatórios do Tribunal de Contas dos Municípios referentes às contas da Prefeitura Municipal de Salvador. Em resposta, Luiz Carreira justificou o crescimento das receitas em grande parte em função da retomada econômica depois de finalizada a pandemia do Coronavírus. Sobre a não realização de parte do orçamento, informou que alguns institutos devem estar previstos, mesmo que não se realizem durante o ano, a exemplo de convênios, parcerias, operações de crédito, dentre outros. O parlamentar Duda Sanches frisou o tema do transporte público como problema nacional que deve ser enfrentado o mais breve possível. Indagou como a prefeitura estaria se preparando para essa questão e se o governo federal está tomando alguma medida para auxiliar os municípios no enfrentamento da questão. Luiz Carreira salientou que até o momento não há nenhuma sinalização do governo federal nesse sentido. Falou do déficit de demanda, tanto no metrô quanto nos ônibus, e do desequilíbrio entre demanda e preço. Segundo ele, da forma como está, o transporte público não se paga sozinho. Dessa forma, a Prefeitura teve que assumir alguns ônus para não onerar a população. No seu entender, a questão demanda intervenção direta do governo federal. Demanda também resolução de problemas internos, como integração entre modalidades e diminuição do déficit operacional. Informou que outras cidades brasileiras estão entrando com subsídios expressivos subsidiar o transporte. Complementando a fala do chefe da Casa Civil, a Diretora de Orçamento informou que a LDO traz a questão da renúncia nos



quadros de renúncias de receitas. O edil Cláudio Tinoco destacou o papel da LDO para a cidade. Falou a respeito do alinhamento de comportamento desde o governo anterior. Destacou dados das áreas de saúde, educação, cultura, dentre outras. Pontuou a consolidação de captação de recursos, com destaque para operações de crédito. Também levantou os seguintes temas: matrícula de estudantes do ensino fundamental em Salvador; recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb; e cooptação de alunos das redes municipais pelo Estado. Aberta à participação popular, o líder comunitário Francisco Coelho, representando o Conselho de Moradores de Boa Vista de São Caetano, questionou se a explanação feita na audiência é o que realmente acontece na cidade. Frisou que a atenção básica em saúde nos bairros está sucateada. Quanto à educação, cobrou mais investimento por parte dos poderes públicos, uma vez que o tráfico está cada vez mais aliciando crianças e jovens. Sobre o transporte coletivo, informou que não há abertura para participação dos usuários nas tomadas de decisão sobre o assunto. Cobrou maior participação da sociedade nos espaços públicos, bem como o melhoramento da metodologia do programa “ouvindo nosso bairro”. Frisou, ainda, que a contenção da encosta da Ladeira do Cacau precisa ser feita com materiais de maior durabilidade. Segundo ele, os empregados até o momento duram pouco tempo. Informou que a prefeitura municipal está promovendo a retirada de linhas de ônibus nos bairros sem comunicar à população. Por fim, rogou que as audiências sejam feitas de forma itinerante. O vereador Daniel Alves informou que se solidariza com várias das questões apresentadas pelo líder comunitário, a exemplo das cobranças relativas à atenção básica e às referentes à educação. Ressaltou que ainda há muita coisa a melhorar. No entanto, destacou que houve avanço significativo nos últimos anos. Quanto à questão do tráfico de drogas, frisou que o trabalho, para ser efetivo, precisa ser amplo, a nível nacional. Aurelino Sales, assessor do vereador Téo Senna, solicitou que conste na apresentação, no grupo referente à saúde, as ações destinadas ao transtorno do espectro autista, anemia falciforme e síndrome de down. Cobrou ações que priorizem os referidos grupos. Além disso, sobre o regime próprio de previdência, ressaltou que a previsão é deficitária até o ano de 2029 e de 2029 a 2032, negativa. Questionou quais as ações estão sendo planejadas para solucionar essa questão. O chefe da Casa Civil salientou que Salvador recebeu das gestões anteriores a rede pública de saúde sucateada. Investiu-se muito na área nos últimos anos. Houve construção de hospitais com recursos do próprio município. Contudo, salientou que as necessidades serão sempre maiores que a



disponibilidade de recursos. Quanto às geomantas, informou que estão sendo aplicadas transitoriamente. Informou também que a previdência era deficitária. Passou a apresentar superávits com as medidas adotadas nos últimos anos, os quais são direcionados para o fundo previdenciário, como forma de garantir lastro temporal de tranquilidade até que seja dada solução geral à questão. Quanto às ações para os grupos indicados, informou que há centros de tratamento sendo criados e que existem parcerias com diversas entidades para melhor atendimento. Ao final, a vereadora Marta Rodrigues propôs a realização de audiência pública específica para discutir o fundo de previdência do município. O vereador Daniel Alves comprometeu-se a convidar o responsável pela gestão previdenciária municipal para compor a mesa da audiência. Nada mais havendo a tratar, o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Daniel, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência às 12h54min.



DANIEL ALVES
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO



DUDA SANCHES



MARTA RODRIGUES